

## **LEI Nº 6.198, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974**

- Dispõe sobre a Inspeção e a Fiscalização Obrigatórias dos Produtos à Alimentação Animal, e dá outras Providências.

Art. 1 A inspeção e a fiscalização dos produtos destinados à alimentação animal, (Vetado) serão efetuadas, em todo o território nacional, obrigatoriamente, desde a produção até a comercialização, nos termos desta Lei.

Art. 2 A inspeção e a fiscalização referidas no Art. 1, a cargo do Ministério da Agricultura, terão em vista os aspectos industrial, bromatológico e higiênico-sanitário e far-se-ão:

- a. nos estabelecimentos que forneçam matérias-primas destinadas ao preparo de alimentos para animais, (Vetado);
- b. nos portos e postos de fronteira, quando se tratar de comércio interestadual e importação e exportação de matérias-primas e alimentos preparados, (Vetado);
- c. nos estabelecimentos industriais;
- d. nos armazéns, inclusive de cooperativas, e estabelecimentos atacadistas e varejistas;
- e. em quaisquer outros locais previstos no regulamento da presente Lei.

Art. 3 Somente as pessoas físicas ou jurídicas, inclusive cooperativas, associações de classe e entidades congêneres, devidamente registradas no órgão competente do Ministério da Agricultura, poderão receber, manipular, preparar, acondicionar, armazenar, distribuir ou vender matérias-primas ou produtos destinados à alimentação animal, (Vetado).

Art. 4 Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração das normas legais relacionadas com o trato das matérias-primas ou produtos destinados à alimentação animal, (Vetado) acarretará, isolada ou cumulativamente, nos termos previstos em regulamento, as seguintes sanções administrativas:

- a. advertência;
- b. multa de até 10 (dez) vezes o maior salário mínimo mensal, vigente no País;
- c. apreensão de matérias-primas e produtos acabados;
- d. suspensão, impedimento ou interdição temporária ou definitiva de funcionamento;
- e. cassação ou cancelamento do registro ou licenciamento;

f. intervenção.

Art. 5 A União poderá celebrar convênios com os Estados, Distrito Federal e Territórios para a execução de serviços relacionados com a inspeção e a fiscalização previstas nesta Lei, com atribuição de receita.

Art. 6 (Revogado pelo Decreto-Lei nº 1.899, de 21/12/1981.)

Art. 7 O Poder Executivo baixará o regulamento desta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 8 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº 4.736, de 15 de julho de 1965, e demais disposições em contrário.